



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRAESTRUTURA**

PAUTA

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**25/04/2018
QUARTA-FEIRA
às 14 horas**

**Presidente CDH: Senadora Regina Sousa
Vice-Presidente CDH: Senador Paulo Paim
Presidente CI: Senador Eduardo Braga
Vice-Presidente CI: Senador Acir Gurgacz**



**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Comissão de Serviços de Infraestrutura**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-
SE EM 25/04/2018.**

REUNIÃO CONJUNTA
Quarta-feira, às 14 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Debater sobre: "Os impactos da construção da EF 170 (FERROGRÃO) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada, bem como debater a falta de mecanismos de consulta a participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta da ANTT".	9

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

(18 titulares e 18 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
PMDB			
Fernando Bezerra Coelho(7)(11)(23)	PE (61) 3303-2182	1 Valdir Raupp(7)	RO (61) 3303-2252/2253
Marta Suplicy(7)	SP (61) 3303-6510	2 VAGO	
Hélio José(PROS)(7)	DF (61) 3303-6640/6645/6646	3 VAGO	
VAGO(7)(10)		4 VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
José Pimentel(PT)(5)(31)	CE (61) 3303-6390 /6391	1 Gleisi Hoffmann(PT)(5)	PR (61) 3303-6271
Fátima Bezerra(PT)(5)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682	2 Lindbergh Farias(PT)(5)	RJ (61) 3303-6427
Paulo Paim(PT)(5)	RS (61) 3303-5227/5232	3 Paulo Rocha(PT)(5)	PA (61) 3303-3800
Regina Sousa(PT)(5)	PI (61) 3303-9049 e 9050	4 Humberto Costa(PT)(5)(30)(29)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)			
Eduardo Amorim(PSDB)(2)(9)(20)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 VAGO	
José Medeiros(PODE)(2)(12)(26)	MT (61) 3303-1146/1148	2 VAGO	
VAGO(2)(13)		3 VAGO	
VAGO(8)(15)		4 VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Ciro Nogueira(PP)(4)(25)	PI (61) 3303-6185 / 6187	1 Sérgio Petecão(PSD)(4)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Ana Amélia(PP)(21)	RS (61) 3303 6083	2 Kátia Abreu(PDT)(24)	TO (61) 3303-2708
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
João Capiberibe(PSB)(3)	AP (61) 3303-9011/3303-9014	1 Lídice da Mata(PSB)(17)(32)	BA (61) 3303-6408
Romário(PODE)(3)	RJ (61) 3303-6517 / 3303-6519	2 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(19)(28)	AM (61) 3303-6726
Bloco Moderador(PTB, PRB, PR, PTC)			
Magno Malta(PR)(6)	ES (61) 3303-4161/5867	1 Cidinho Santos(PR)(6)	MT 3303-6170/3303-6167
Telmário Mota(PTB)(6)(16)(14)	RR (61) 3303-6315	2 Pedro Chaves(PR)(6)(27)	MS

- (1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- (2) Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- (4) Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (7) Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- (8) Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- (9) Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- (10) Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- (11) Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- (12) Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- (13) Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).
- (14) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (15) Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
- (16) Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
- (17) Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
- (18) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (19) Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
- (20) Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
- (21) Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
- (22) Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRB (Of. 16/2017-GLPMDB).

- (23) Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
- (24) Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
- (25) Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
- (26) Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
- (27) Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
- (28) Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
- (29) Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
- (30) Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
- (31) Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
- (32) Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO(A): MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-2005
FAX: 3303-4646

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-2005
E-MAIL: cdh@senado.gov.br

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz

(23 titulares e 23 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
		PMDB	
Renan Calheiros(7)	AL (61) 3303-2261	1 Hélio José(PROS)(7)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Eduardo Braga(7)	AM (61) 3303-6230	2 Romero Jucá(7)(9)(10)(23)(29)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Fernando Bezerra Coelho(7)(15)	PE (61) 3303-2182	3 Rose de Freitas(7)	ES (61) 3303-1156 e 1158
Elmano Férrer(PODE)(7)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2415/3055/3056/4847	4 Jader Barbalho(7)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832
Valdir Raupp(7)(27)	RO (61) 3303-2252/2253	5 VAGO(10)(27)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Ângela Portela(PDT)(3)	RR	1 Fátima Bezerra(PT)(3)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Jorge Viana(PT)(3)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	2 Gleisi Hoffmann(PT)(3)	PR (61) 3303-6271
José Pimentel(PT)(3)	CE (61) 3303-6390 /6391	3 Humberto Costa(PT)(3)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Paulo Rocha(PT)(3)	PA (61) 3303-3800	4 Lindbergh Farias(PT)(3)	RJ (61) 3303-6427
Acir Gurgacz(PDT)(3)	RO (061) 3303-3131/3132	5 Regina Sousa(PT)(3)	PI (61) 3303-9049 e 9050
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)			
Ataídes Oliveira(PSDB)(2)	TO (61) 3303-2163/2164	1 José Agripino(DEM)(6)	RN (61) 3303-2361 a 2366
Ricardo Ferraço(PSDB)(2)(11)(8)(19)(20)	ES (61) 3303-6590	2 Roberto Rocha(PSDB)(18)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508
Flexa Ribeiro(PSDB)(2)	PA (61) 3303-2342	3 VAGO	
Wilder Moraes(DEM)(6)(28)	GO (61)3303 2092 a (61)3303 2099	4 VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Otto Alencar(PSD)(4)	BA (61) 3303-1464 e 1467	1 Lasier Martins(PSD)(4)	RS (61) 3303-2323
VAGO(4)(28)		2 Ivo Cassol(PP)(4)	RO (61) 3303.6328 / 6329
Roberto Muniz(PP)(4)	BA (61) 3303-6790/6775	3 Gladson Cameli(PP)(4)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(1)	AM (61) 3303-6726	1 Antonio Carlos Valadares(PSB)(1)(21)	SE (61) 3303-2201 a 2206
VAGO(1)(16)		2 VAGO	
VAGO(14)(18)		3 VAGO	
Bloco Moderador(PTB, PRB, PR, PTC)			
Wellington Fagundes(PR)(5)	MT (61) 3303-6213 a 6219	1 Kátia Abreu(PDT)(5)(22)	TO (61) 3303-2708
Vicentinho Alves(PR)(5)	TO (61) 3303-6469 / 6467	2 Telmário Mota(PTB)(5)(12)(13)	RR (61) 3303-6315
VAGO(5)(26)		3 Magno Malta(PR)(5)	ES (61) 3303-4161/5867

- (1) Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- (2) Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (6) Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- (7) Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).
- (8) Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
- (9) Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).

- (10) Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
- (11) Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
- (12) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (13) Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
- (14) Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
- (15) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (16) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (17) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (18) Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
- (19) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (20) Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
- (21) O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
- (22) Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
- (23) Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
- (24) Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
- (25) Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
- (26) Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
- (27) Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
- (28) Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
- (29) Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): THALES ROBERTO FURTADO MORAIS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-4607
FAX: 61 3303-3286

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 61 3303-3292
E-MAIL: ci@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 25 de abril de 2018
(quarta-feira)
às 14h

PAUTA
Reunião Conjunta

Comissões		Nº Reunião
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	37
CI	Comissão de Serviços de Infraestrutura	11

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Debater sobre: "Os impactos da construção da EF 170 (FERROGRÃO) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada, bem como debater a falta de mecanismos de consulta a participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta da ANTT".

Observações:

Esta Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – link: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número-0800612211.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDH 15/2018](#), Senador Paulo Rocha e outros
- [RDH 56/2018](#), Senador Paulo Rocha
- [RQI 4/2018](#), Senador Paulo Rocha e outros
- [RQI 19/2018](#), Senador Paulo Rocha

Convidados:

Sérgio de Assis Lobo

- Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Cacique Peb Oroti

- Liderança dos Índios Kayapó

Silvana Dias de Campos

- Presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger

Biviany Rojas Garzon

- Analista do programa Xingu do Instituto Socioambiental - ISA

Daniele Osório

- Defensora Pública, representante da Defensoria Pública da União - DPU

Representante do Instituto Raoni

Representante do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Bens do Estado de Mato Grosso

1

**RDH
00015/2018**

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

REQUERIMENTO Nº de 2018

Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada bem como debater a falta de mecanismos de consulta e participação a população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta pública da ANTT.

JUSTIFICATIVA

No último dia 28/01 foi encerrada a Consulta Pública 14/2017 promovida pela ANTT que teve como objetivo colher subsídios com vistas ao aprimoramento da Minuta de Edital e dos Estudos Técnicos que se prestarão a disciplinar as condições em que se dará a concessão da ferrovia greenfield, compreendida entre os municípios de Sinop (MT) e Itaituba (PA).

A implantação da ferrovia está planejada para o trecho entre Sinop/MT e Porto de Miritituba/PA, em Itaituba/PA, com uma extensão de aproximadamente 1.142 km, para escoamento da produção graneleira do Estado do Mato Grosso até o complexo de Estações de Transbordo e Carga do distrito do Miritituba, município de Itaituba/PA, e que neste trecho, tanto a construção



SF/18578.52601-44

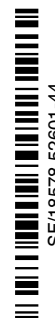
quanto o funcionamento da ferrovia impactará a dinâmica socioambiental das unidades de conservação e terras indígenas existentes no trajeto, esse

impacto obriga o Estado a realizar Consulta Livre, Prévia e Informada aos povos indígenas, beiradeiros, ribeirinhos e agroextrativistas afetados ou

potencialmente afetados pelo empreendimento, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Assim, o não procedimento com a devida consulta às populações que vivem na área impactada pela obra e que serão afetadas pela construção da ferrovia, além de se tratar de medida antidemocrática que viola compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, caso seja mantida, provocará expressivo prejuízo financeiro ao Estado, uma vez que os estudos de viabilidade técnica do empreendimento, no valor de R\$ 33,7 milhões, podem não ser homologados, tornando-se imprestável para o fim que se destina.

Importante salientar que desde a sua abertura a referida Consulta Pública está sendo conduzida de forma bastante controversa. Inicialmente foram previstas apenas duas sessões presenciais de discussão com a população, em Brasília e Cuiabá, curiosamente duas cidades que não serão afetadas pela construção da Ferrovia. Posteriormente, e somente após questionamento pelo Ministério Público, a ANTT agendou sessões em Belém (PA), Itaituba (PA), Novo Progresso (PA) e SINOP (MT), que deveriam ter ocorrido em dezembro de 2017. Contudo, apenas as sessões de SINOP e Belém ocorreram, e as populações de Itaituba, Novo Progresso e outras localidades diretamente afetadas pela construção viram a ANTT cancelar sem maiores explicações as sessões previstas para esses locais, alijando completamente do debate as populações que vivem na área impactada pela obra.



Cumpra esclarecer, ainda, que por este mesmo motivo, falta de consulta às populações impactadas pelas obras de construção da Ferrovia do Grão, o Ministério Público Federal recomendou a Agência Nacional de

Transportes Terrestres, Recomendação nº 12, de 07 de novembro de 2017, que anule imediatamente a Consulta Pública nº 014/2017. Diante da recusa da ANTT em atender à recomendação do MPF, este decidiu não fazer parte do processo razão pela qual se torna ainda mais relevante que essa Comissão debata esse tema, inclusive com a presença de procuradores do MPF.

Como fundamento de sua recomendação, o Ministério Público Federal traz à baila o artigo 6º, da Convenção 169, da Organização

Internacional do Trabalho (OIT), que determina a consulta dos povos interessados, e afirma que apesar do órgão técnico ter conhecimento da existência de pelo menos 19 (dezenove) áreas indígenas no trajeto da ferrovia, desrespeitou o direito dessas populações se manifestarem sobre a concessão do empreendimento. Dispõe o Ministério Público em sua recomendação:

“A despeito de os estudos técnicos disponibilizados pela ANTT demonstrarem o conhecimento prévio do órgão acerca da existência de pelo menos 19 áreas indígenas no trajeto da ferrovia, ainda assim o órgão deu início ao processo de concessão do empreendimento, com a convocação de audiências públicas, desrespeitando o direito à consulta e consentimento livre, prévia e informada garantido aos indígenas e comunidades tradicionais”.

Por fim, destacamos que durante a sessão Pública em Brasília no dia 12 de dezembro a população o povo do Pará e do Mato Grosso, trabalhadores rodoviários e indígenas Kaiapós realizaram uma grande manifestação, após várias tentativas de diálogo.



Neste dia, a ANTT, através do seu Diretor Geral, Sr. Jorge Bastos, firmou o compromisso de fazer novos estudos, ouvir as comunidades e os indígenas antes de encaminhar o projeto para o TCU, conforme fala reproduzida abaixo na íntegra:

"Vamos voltar a agendar as audiências públicas que foram canceladas, os estudos vão ser aprofundados ao máximo para que fique bem claro e atenda ao povo brasileiro. Todas as reivindicações serão respondidas.

Vamos fazer quantas audiências forem necessárias. Vamos ouvir todas as comunidades, não só as indígenas. Todo mundo será ouvido antes de mandarmos para o TCU".

Infelizmente, mesmo após o compromisso público de seu Presidente a ANTT encerrou a Consulta Pública 014/2017 sem cumprir o acordado, sem ouvir a população afetada e em descumprimento à Legislação.

Desse modo, o encerramento da Audiência Pública nº 014/2017, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, sem a devida consulta às populações que serão impactadas pela construção da ferrovia, é medida antidemocrática que viola compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e caso seja mantida, os estudos de viabilidade técnica do empreendimento, no valor de R\$ 33,7 milhões, podem não ser homologados, tornando-se imprestável para o fim que se destina e provocando expressivo prejuízo financeiro ao Estado.

Convidados

1. Presidente da Agencia Nacional de Transportes Terrestres
2. Tarcisio Gomes de Freitas - Secretário de Coordenação de Projetos/Secretaria Especial do PPI/Secretaria Geral da Presidência da República



SF/18578.52601-44

3. Representante do Ministério Público Federal
4. Representante Procuradoria Geral da República
5. Cacique Peb Oroti - representante dos índios Kayapó
6. Cacique Raoni - Instituto Raoni
7. Silvana Dias de Campos - Presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger
8. Viviane - Representante do Instituto Socio Ambiental
9. Silvio Marinho - Sindicato dos Transportadores Autônomos de Bens do Estado de Mato Grosso
10. Vilson de Oliveira - Presidente Sindicato dos Transportadores Autônomos de Bens do Estado de Mato Grosso

Sala das Comissões, em de 2018

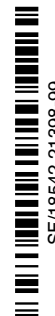
Senador PAULO ROCHA

PT/PA



**RDH
00056/2018**

REQUERIMENTO
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA



Requeiro, nos termos regimentais do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 0015/2018, a realização de audiência Pública conjunta entre a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Serviços e Infra Estrutura, conforme requerimento aprovado nº 004/2018, para debater os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada, bem como debater a falta de mecanismos de consulta e participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta da ANTT.

Sala das Sessões, de de 2018

Senador PAULO ROCHA

RGI
00004/2018

COMISSÃO DE SERVIÇOS E INFRA ESTRUTURA

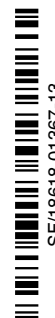
REQUERIMENTO Nº de 2018

Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública para debater os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada bem como debater a falta de mecanismos de consulta e participação a população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta pública da ANTT.

JUSTIFICATIVA

No último dia 28/01 foi encerrada a Consulta Pública 14/2017 promovida pela ANTT que teve como objetivo colher subsídios com vistas ao aprimoramento da Minuta de Edital e dos Estudos Técnicos que se prestarão a disciplinar as condições em que se dará a concessão da ferrovia greenfield, compreendida entre os municípios de Sinop (MT) e Itaituba (PA).

A implantação da ferrovia está planejada para o trecho entre Sinop/MT e Porto de Miritituba/PA, com uma extensão de aproximadamente 1.142 km, para escoamento da produção graneleira do Estado do Mato Grosso até o complexo de Estações de Transbordo e Carga do distrito do Miritituba, município de Itaituba/PA, e que neste trecho, tanto a construção quanto o funcionamento da ferrovia impactará a dinâmica socioambiental das unidades de conservação e terras indígenas existentes no trajeto, esse



impacto obriga o Estado a realizar Consulta Livre, Prévia e Informada aos povos indígenas, beiradeiros, ribeirinhos e agroextrativistas afetados ou

potencialmente afetados pelo empreendimento, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Assim, o não procedimento com a devida consulta às populações que vivem na área impactada pela obra e que serão afetadas pela construção da ferrovia, além de se tratar de medida antidemocrática que viola compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, caso seja mantida, provocará expressivo prejuízo financeiro ao Estado, uma vez que os estudos de viabilidade técnica do empreendimento, no valor de R\$ 33,7 milhões, podem não ser homologados, tornando-se imprestável para o fim que se destina.

Importante salientar que desde a sua abertura a referida Consulta Pública está sendo conduzida de forma bastante controversa. Inicialmente foram previstas apenas duas sessões presenciais de discussão com a população, em Brasília e Cuiabá, curiosamente duas cidades que não serão afetadas pela construção da Ferrovia. Posteriormente, e somente após questionamento pelo Ministério Público, a ANTT agendou sessões em Belém (PA), Itaituba (PA), Novo Progresso (PA) e SINOP (MT), que deveriam ter ocorrido em dezembro de 2017. Contudo, apenas as sessões de SINOP e Belém ocorreram, e as populações de Itaituba, Novo Progresso e outras localidades diretamente afetadas pela construção viram a ANTT cancelar sem maiores explicações as sessões previstas para esses locais, alijando completamente do debate as populações que vivem na área impactada pela obra.

Cumprе esclarecer, ainda, que por este mesmo motivo, falta de consulta às populações impactadas pelas obras de construção da Ferrovia do Grão, o Ministério Público Federal recomendou a Agência Nacional de Transportes Terrestres, Recomendação nº 12, de 07 de novembro de 2017, que anule imediatamente a Consulta Pública nº 014/2017. Diante da recusa da ANTT em atender à recomendação do MPF, este decidiu não fazer parte do processo razão pela qual se torna ainda mais relevante que essa



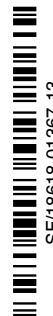
Comissão debata esse tema, inclusive com a presença de procuradores do MPF.

Como fundamento de sua recomendação, o Ministério Público Federal traz à baila o artigo 6º, da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina a consulta dos povos interessados, e afirma que apesar do órgão técnico ter conhecimento da existência de pelo menos 19 (dezenove) áreas indígenas no trajeto da ferrovia, desrespeitou o direito dessas populações se manifestarem sobre a concessão do empreendimento. Dispõe o Ministério Público em sua recomendação:

“A despeito de os estudos técnicos disponibilizados pela ANTT demonstrarem o conhecimento prévio do órgão acerca da existência de pelo menos 19 áreas indígenas no trajeto da ferrovia, ainda assim o órgão deu início ao processo de concessão do empreendimento, com a convocação de audiências públicas, desrespeitando o direito à consulta e consentimento livre, prévia e informada garantido aos indígenas e comunidades tradicionais”.

Por fim, destacamos que durante a sessão Pública em Brasília no dia 12 de dezembro a população o povo do Pará e do Mato Grosso, trabalhadores rodoviários e indígenas Kaiapós realizaram uma grande manifestação, após várias tentativas de diálogo.

Neste dia, a ANTT, através do seu Diretor Geral, Sr. Jorge Bastos, firmou o compromisso de fazer novos estudos, ouvir as comunidades e os indígenas antes de encaminhar o projeto para o TCU, conforme fala reproduzida abaixo na íntegra:



"Vamos voltar a agendar as audiências públicas que foram canceladas, os estudos vão ser aprofundados ao máximo para que fique bem claro e atenda ao povo brasileiro. Todas as reivindicações serão respondidas.

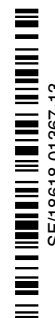
Vamos fazer quantas audiências forem necessárias. Vamos ouvir todas as comunidades, não só as indígenas. Todo mundo será ouvido antes de mandarmos para o TCU".

Infelizmente, mesmo após o compromisso público de seu Presidente a ANTT encerrou a Consulta Pública 014/2017 sem cumprir o acordado, sem ouvir a população afetada e em descumprimento à Legislação.

Desse modo, o encerramento da Audiência Pública nº 014/2017, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, sem a devida consulta às populações que serão impactadas pela construção da ferrovia, é medida antidemocrática que viola compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e caso seja mantida, os estudos de viabilidade técnica do empreendimento, no valor de R\$ 33,7 milhões, podem não ser homologados, tornando-se imprestável para o fim que se destina e provocando expressivo prejuízo financeiro ao Estado.

Convidados

1. Presidente da Agencia Nacional de Transportes Terrestres
2. Tarcisio Gomes de Freitas - Secretário de Coordenação de Projetos/Secretaria Especial do PPI/Secretaria Geral da Presidência da República
3. Representante do Ministério Público Federal
4. Representante Procuradoria Geral da República
5. Cacique Peb Oroti - representante dos índios Kayapó



6. Cacique Raoni - Instituto Raoni
7. Silvana Dias de Campos - Presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger
8. Viviane - Representante do Instituto Socio Ambiental
9. Silvio Marinho - Sindicato dos Transportadores Autônomos de Bens do Estado de Mato Grosso
10. Vilson de Oliveira - Presidente Sindicato dos Transportadores Autônomos de Bens do Estado de Mato Grosso

Sala das Comissões, em de 2018

Senador PAULO ROCHA
PT/PA



SF/18618.01367-13

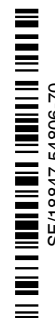
RGI
00019/2018

REQUERIMENTO
COMISSÃO DE SERVIÇO E INFRA ESTRUTURA

Requeiro, nos termos regimentais do Senado Federal, em aditamento ao **Requerimento nº 004/2018**, a realização de Audiência Pública conjunta entre a **Comissão de Serviço e Infra Estrutura** e a **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**, conforme requerimento aprovado nº 0015/2018, para debater os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada, bem como debater a falta de mecanismos de consulta e participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta da ANTT.

Sala das Sessões, de de 2018

Senador PAULO ROCHA



SF/18847.54806-70